

Rejeição do IPMF forçará outras medidas

Surpreso com a posição do governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury, que resolveu abrir fogo contra a aprovação do projeto de ajuste fiscal na votação em segundo turno, segunda-feira, na Câmara, o líder do Governo, Roberto Freire (PPS-PE), avisou que se o Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF) for derrubado, o Governo será obrigado a adotar outras medidas fiscais para compensar a perda de receita de sete bilhões de dólares que o novo imposto geraria. "Em termos de crise o projeto fica totalmente prejudicado se o IPMF for rejeitado. Isso necessariamente forçará outras medidas alternativas", informou o líder do Governo.

Freire não aceita os argumentos de Fleury, que se aliou ao governador baiano Antônio Carlos Magalhães para derrubar o projeto de ajuste fiscal, ameaçando retirar o apoio da bancada paulista do PMDB na votação do segundo turno. O governador paulista está descontente com as regras de rolagem da dívida dos estados e irritado com a ida da petista Luiza Erundina para o Governo, o que alterou o quadro de disputa para o governo do estado em 1994.

"O governo não é só do PMDB. O PMDB está no Governo e ninguém foi consultar antes a Erundina sobre a nomeação de ministros peemedebistas. Se for retaliação, isso seria uma mesquinhaeria muito grande", reagiu Roberto Freire. Ele diz preferir acreditar que essa não seja uma posição definitiva do governador, já que o PMDB também faz parte do Governo. Freire rebate o argumento de que o IPMF vai reduzir os salários 0,25 por cento dizendo que ficarão protegidos os assalariados que ganham até dez mínimos, os aposentados e os pequenos poupadores.

"Fica difícil aceitar um argumento desse em cima da votação. Até agora ele não tinha se posicionado contra o projeto. Não acredito que o próprio PMDB vá derrotar o Governo do qual faz parte", diz o líder governista.